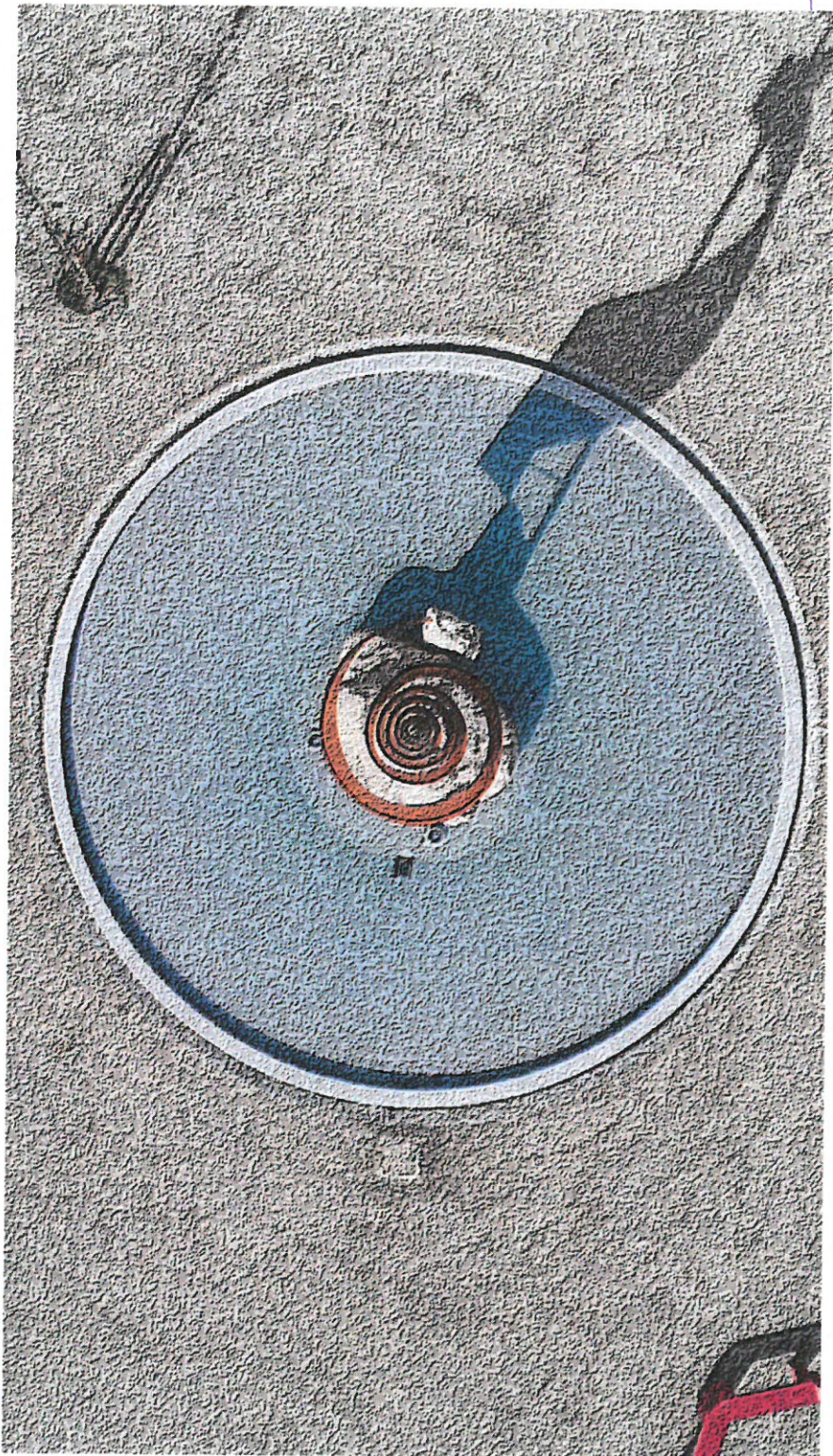
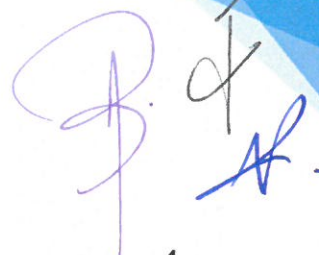


RELATÓRIO E CONTAS 2018





ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
A EMPRESA.....	6
CADEIA DE VALOR	6
MISSÃO.....	8
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
Crescimento e desenvolvimento do capital humano	9
Cumprimento das disposições legais.....	9
A ACTIVIDADE DA EMPRESA	10
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	12
2.1. O Sistema de abastecimento de água em alta	12
2.2. Projeto Covilhã Solar	13
2.3. Aproveitamentos Mini-Hídricos.....	15
2.4. Energia Eólica.....	15
2.5. Defesa da floresta contra incêndios	15
2.6. Gestão de Infraestruturas Municipais.....	16
2.5. Jardim das Artes	18
3. OBJETIVOS PARA 2018 E ANOS SEGUINTEs	20
3.1. Setor Abastecimento de Água em Alta.....	20
3.1.1. Estudos, Projetos e Candidaturas	20
3.1.2. Empreitadas.....	21
3.1.3. Aquisições e Serviços Diversos	21
3.1.4. Exploração	21
3.2. Setor Energias Renováveis.....	22
3.2.1. Estudos, Projetos e Candidaturas	22
3.2.2. Empreitadas.....	23
3.2.3. Aquisições e Serviços Diversos	23
3.2.4. Energia Fotovoltaica	23
3.2.5. Energia Eólica.....	23
3.2.6. Energia Mini-Hídrica.....	24
3.3. Setor Gestão de Infra-estruturas - Substituição, Requalificação, Reno-vação e Construção de Infraestruturas municipais.....	24
3.3.1. Estudos, Projetos e Candidaturas	24
3.3.2. Empreitadas.....	24
3.3.3. Exploração	25

3.4. Atividades complementares relacionadas com o Ambiente.....	25
3.4.1. Estudos, Projetos e Candidaturas	25
3.4.2. Empreitadas / Prestações de Serviço.....	25
3.5. Comunicação e Imagem	25
3.6. Gestão Interna	26
4. ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA	26
5. ANEXOS	27

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano transato, 2018, foi um ano de crescimento e valorização da ICOVI, E.M., foi um ano marcante para o desenvolvimento e consolidação da empresa. Esse crescimento passou pela adaptação da estrutura e dos seus recursos humanos aos desafios de gestão, expansão e evolução desta, com o aumento dos seus colaboradores para colmatar necessidades prementes da empresa na área técnica, que desempenharam tarefas sempre em sintonia com os objetivos e estratégia do Conselho de Administração.

Com um resultado líquido que apresenta um decréscimo passando de 237.891,71€ em 2017 para 114.207,93€ em 2018. Estes valores incorporam os resultados da sua participada em 51% - Águas da Covilhã, E.M., o Conselho de Administração encontra-se atualmente a aguardar a abertura de formas de financiamento, incluindo fundos comunitários para a candidatura à construção da nova barragem da ribeira das Cortes, investimento fulcral.

Pretendemos ser uma organização que opera nos setores de fornecimento de água potável, produção de energia eléctrica, ambiente e gestão de infraestruturas, com os patamares mais elevados no âmbito da qualidade do serviço público prestado, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações abrangidas por estes sistemas, conduzindo obviamente a um ajustamento entre a estrutura de custos e a respetiva estrutura de proveitos.

Dos objetivos alcançados destacam-se os seguintes:

1. O fornecimento de água em alta, necessário para garantir as necessidades da população do concelho, através do atual sistema com origem na Barragem Cova do Viriato, em termos qualitativos, já que o mesmo é insuficiente em termos, quantitativos;
2. O controlo da qualidade da água para consumo humano de acordo com o Programa de Controlo de Qualidade da Água, aprovado pela ERSAR;
3. Continuação do levantamento do potencial mini-hídrico do Município com a colaboração/parceria com a SIEMENS S.A;

Teve também início físico da implementação do projeto piloto – Gestão Integrada de Sistemas de Energia e Água, no qual a ICOVI é parceira conjuntamente com a UBI e outras entidades estrangeiras. Este projeto diz respeito à instalação e monitorização de um sistema integrado de energia renovável (solar, eólica e hídrica) no Parque Alexandre Aibéo.

4. Continuação do levantamento do potencial eólico do concelho;
5. Manutenção do resultado positivo da empresa;
6. Gestão correta e eficaz dos meios disponíveis, traduzida nos mapas da análise financeira apresentados nas páginas seguintes deste relatório.

Finalmente, compete-me salientar a colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã, com vista à aplicação de soluções positivas para melhorar o desempenho da empresa, dos funcionários, dos colaboradores e dos clientes da empresa, cujo papel foi fundamental para a continuidade dos bons resultados da empresa, durante mais um ano de atividade.

O Presidente do Conselho de Administração,

Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Dr.

A EMPRESA

A ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M., é uma pessoa coletiva pública constituída como empresa municipal dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa/financeira e patrimonial, na superintendência da Câmara Municipal da Covilhã.

Esta empresa tem os seguintes objetos sociais:

- a) Promoção e gestão dos investimentos para aproveitamento energético e venda de energia elétrica, produzida em centrais mini-hídricas, assim como outros aproveitamentos de energias renováveis, designadamente de energia eólica e de energia fotovoltaica, de forma direta ou indireta; A gestão, construção e conservação de infraestruturas e concessões, na área do Município da Covilhã, bem como a gestão, construção, conservação e exploração dos serviços municipais do fornecimento de água em alta para consumo humano;
- b) Acessoriamente, outras atividades complementares, nomeadamente a participação em outras empresas, designadamente na empresa Águas da Covilhã, E.M., bem como outras atividades relacionadas, direta ou indiretamente com o abastecimento de água, energias renováveis e com o ambiente.

CADEIA DE VALOR

A força desta empresa reside nas valências fundamentais no objeto social da empresa visando sempre a máxima qualidade da água fornecida, respetiva logística, investigação e desenvolvimento com capacidade para suportar e incrementar cadeia de valor.

Na persecução dos seus objetivos, a ICOVI, tem conseguido ajustar-se às imposições da Entidade Reguladora, que cada vez mais estabelece critérios de exigência em termos de controlo analítico e planos de monitorização da qualidade da água para consumo humano mais rigorosos. Como tal, esta empresa apostou no reforço de quadros técnicos adequados a estas novas exigências, bem como continua a apostar na manutenção assídua do sistema de tratamento necessário para a qualidade da água. A sua coerência estratégica tem vindo a manifestar-se no seu volume de negócios 1.035.958,57 euros, facto que deriva da sua capacidade de eficiência e eficácia,

estratégia que conseguiu o alcance e quantidade da matéria prima bem como o fornecimento das condições contratuais garantido as necessidade e expectativas dos clientes.

No quadro que se segue expomos a visão sistémica da cadeia de valor das actividades da empresa:

Logística Interna	Conhecimento do mercado a montante e a jusante; Diversidade da carteira de fornecedores permitindo maximização de recursos em cumprimentos com o CCP; Custos internos compatíveis com o universo da estrutura global da empresa
Operações	Controlo de qualidade da água em alta; Rastreio permanente dos produtos transacionados; Análise e implementação de medidas corretivas de anomalias detetadas; Controlo das unidades de microgeração instaladas; Implementação e dinamização de novos investimentos no âmbito da gestão integrada dos equipamentos públicos da Covilhã sob jurisdição da empresa;
Logística Externa	Parceria com o Município da Covilhã e Águas da Covilhã, EM na prossecução dos objetivos da empresa, bem como na dinamização das unidades de microgeração junto dos parceiros com os quais há protocolos.
Informação	Relação comercial de proximidade enquadrada no mercado regulado de fornecimento e abastecimento de água; Excelente ligação entre área comercial e financeira no sentido do cumprimento de objetivos de tesouraria e mapas previsionais;
Planeamento e Gestão das Atividades	
Controlo de Recursos Humanos	
Desenvolvimento de Projetos de Maximização de Recursos e Equipamentos	
Desenvolvimento de Sistema integrado de Informação de Gestão	

MISSÃO

Garantir a todos os stakeholders o fornecimento, em quantidade e qualidade, de água para consumo humano, produção de energia eléctrica, e intervenções ambientais, através de um serviço que resulta da promoção da melhoria contínua, com a satisfação pessoal e profissional dos colaboradores, numa ótica de sustentabilidade dos recursos naturais e promoção do desenvolvimento regional.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A ICOVI tem a sustentabilidade presente no seu negócio, é um compromisso no desenvolvimento da sua atividade, de interface com a sociedade e o ambiente, constituindo para a resolução de questões que melhorem a vida das populações.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ICOVI, EM, dispõe, para o desenvolvimento da sua actividade, uma estrutura organizacional/órgãos sociais que assenta a sua atuação em função das orientações estratégicas definidas.

Do ponto de vista dos níveis organizacionais estão implementados três níveis, nomeadamente:

- a) Assembleia Geral
- b) Conselho de Administração;
- c) Fiscal Único

A composição dos mesmos a 31 de Dezembro de 2018 era a seguinte:



Assembleia Geral

Presidente da Assembleia Geral: David Fontes Neves;

Conselho de Administração:

- Vítor Manuel Pinheiro Pereira - Presidente
- Nuno Filipe Abreu Pedro - Vogal
- Jorge Manuel Afonso Gomes – Vogal

Fiscal Único:

- Cruz Martins & Associada, S.R.O.C, LDA representada por João Alberto da Cruz Martins;

Crescimento e desenvolvimento do capital humano

Durante o exercício de 2018 a empresa contratou vários técnicos para colmatar necessidades prementes da empresa na área técnica contando assim com o contributo de mais colaboradores nos seus quadros, que desempenharam tarefas sempre em sintonia nos objetivos e estratégia do Conselho de Administração. Estes colaboradores contribuíram decisivamente para a concretização do projeto ICOVI. Outras tarefas consideradas relevantes são também efetuadas em regime de outsourcing.

Cumprimento das disposições legais

A empresa não tem dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social e a qualquer outra entidade pública.



A ACTIVIDADE DA EMPRESA

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Global

Em termos macroeconómicos, 2018 foi mais um ano positivo para Portugal. Neste último ano, a economia portuguesa cresceu 2,1% (estimativa do Banco de Portugal), registando níveis historicamente baixos de desemprego e de défice. Há vários anos que a economia apresenta indicadores económicos positivos para os quais têm contribuído a evolução positiva do investimento privado e das exportações, assim como da confiança dos consumidores e do clima económico (em Portugal e na Europa). A boa prestação da economia nos últimos anos coloca Portugal, as empresas e as famílias numa posição sólida para abordar os desafios de 2019.

No entanto são de salientar alguns riscos para a economia portuguesa, entre eles, uma possível subida das taxas de juro na zona Euro (com impacto no custo de financiamento das empresas e no orçamento das famílias), eventos que possam colocar em causa a imagem do país junto de redes empresariais e turísticas (atentados, greves, paralisações), e/ou uma crise política internacional (negociações Brexit, crise Italiana, “Guerra comercial” entre os EUA e a China).

Portugal

De acordo com as projeções apresentadas no Boletim Económico do Banco de Portugal, No horizonte 2018-21, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE), no âmbito do exercício de projeção do Eurosistema de dezembro de 2018.

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2018 e 2019, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-21. O processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,3% em 2018, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do

horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (1,9% e 1,7%, respetivamente em, 2019 e 2020). No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As taxas de crescimento projetadas são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e deverão traduzir-se num hiato do produto positivo nos próximos anos.

O Setor

A escassez de água está identificada como principal risco mundial com impacto na sociedade, constituindo uma grande ameaça ao crescimento económico e à estabilidade em todo o mundo. Destaca a grande relevância da gestão da água para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Município da Covilhã.

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água para todos, designadamente porque, o abastecimento de água em quantidade é vital para a produção de alimentos e essencial para os sistemas de produção de água potável e segura são necessários para a saúde. As metas são alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade, reduzir as águas residuais não tratadas e aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a reciclagem e reutilização de água e combatendo a sua escassez a nível global.

A OCDE prevê que, em 2050, 240 milhões de pessoas continuem sem acesso à água potável e que 1.400 milhões permaneçam sem acesso a serviços de saneamento básico.

No que respeita aos investimentos do setor nos países da OCDE, a Organização projeta necessidades significativas para o mesmo.

A Água e Saneamento em Portugal

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuidor de desenvolvimento económico, social e ambiental, tem uma evolução gradual positiva nos últimos anos em Portugal.

Os dados mais recentes da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) indicam que em termos de qualidade da água foi atingido praticamente o pleno, com a percentagem de análises realizadas em 2018 nos 98,69%, um valor considerado de excelência. Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos

verifica-se que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99%, evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta, de uma forma consistente, índices elevados. No mesmo ano, 96% dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83% com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82% incluíam o tratamento adequado dessas águas.

Esta a ser criado uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”.

É ainda relevante realçar as Grandes Opções do Plano para 2018, cujas prioridades de investimento são contempladas e compatibilizadas no âmbito do Orçamento do Estado para 2019.

2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Com o presente Relatório de Gestão, em cumprimento do previsto na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração da ICOVI, E.M. visa registar os aspetos mais relevantes das atividades da empresa no ano de 2018.

A atuação da empresa, nos diferentes campos de intervenção, tem como objetivos fundamentais a otimização dos resultados operacionais e a racionalização de custos, garantindo ao mesmo tempo um serviço de qualidade superior, tendo sempre em linha de conta o enquadramento macroeconómico.

2.1. O Sistema de abastecimento de água em alta

O abastecimento de água no concelho da Covilhã é feito através de 9 subsistemas. Os diferentes subsistemas de abastecimento cobrem 93,83% e servem 93,33 % da população concelhia.

O maior subsistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato e fornece água a 53% dos habitantes do concelho.

Os outros subsistemas dependem quase exclusivamente de captações de água subterrâneas: poços e minas.

A 1.ª Fase do Projeto de Abastecimento de Água em Alta ao Concelho da Covilhã, a qual incluiu a Beneficiação/Remodelação da ETA das Penhas da Saúde bem como a construção de cerca de 25 Km de novas condutas adutoras e seis novos reservatórios, foi concluída em dezembro de 2015, entrando em serviço durante o ano de 2016.



[Handwritten signatures and initials in purple and blue ink.]

A 2.^a Fase do projeto, atualmente em desenvolvimento, incluirá a nova Barragem da Ribeira das Cortes (com nova localização), uma nova ETA e o respetivo sistema adutor.

2.2. Projeto Covilhã Solar

A ICOVI, EM é a entidade responsável pela implementação do projeto “Covilhã Solar”, através do qual se promove o acesso a tecnologias de ponta de produção de energia proveniente de fontes renováveis. Um projeto que permite reduzir a fatura energética, com o aquecimento de água e a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Com este projeto, foi possível dotar espaços públicos tais como escolas, associações culturais e desportivas e outras instituições públicas existentes no concelho da Covilhã, com unidades fotovoltaicas de microgeração e respetivos sistemas solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias.



No âmbito do Projeto Covilhã Solar estão instaladas 71 unidades de microgeração conforme mapa que se segue:

Projecto Covilhã Solar

Listagem das Instalações

	Local
1	Escola Básica 1.º Ciclo e ATL "Central"
2	Escola Básica 1.º Ciclo dos Penedos Altos
3	Escola Básica 1.º Ciclo do Refúgio
4	Escola Básica 1.º Ciclo da Vila do Carvalho
5	Escola Básica 1.º Ciclo da Aldeia do Souto
6	Jardim de infância- Alâmpada
7	EPABI - (Sede Banda da Covilhã)
8	Actual Sede Grupo Educ. e Recreio Campos Melo
9	Centro de Dia de Cantar Galo
10	Grupo Desportivo e Recreativo Unidos Lameirão
11	Junta Freguesia Sarzedo/Teixoso
12	Junta Freguesia Barco
13	Piscinas Barco
14	Escola Básica 1.º Ciclo da Feira - Tortosendo
15	Escola Básica 1.º Ciclo "lã e a Neve"
16	Escola Básica 1.º Ciclo (Edifício Cantina)
17	Escola Básica 1.º Ciclo Santo António
18	Escola Básica 1.º Ciclo Montes Hermínios
19	Escola Básica 1.º Ciclo Boidobra
20	Escola Básica 1.º Ciclo Orjais
21	Escola Básica 1.º Ciclo Vale Formoso
22	Escola Básica 1.º Ciclo Verdelhos
23	Centro Social Cultural Verdelhos
24	CCD Estrela do Zézere Boidobra
25	Escola Básica 1.º Ciclo S.Jorge da Beira
26	Escola Básica 1.º Ciclo Dominguiso
27	Escola Básica 1.º Ciclo Paúl
28	Escola Básica 1.º Ciclo Vales do Rio
29	Escola Básica 1.º Ciclo Unhais da Serra
30	Jardim de Infância Peso
31	Escola Básica 1.º Ciclo Barroca Grande
32	Pavilhão Polidesportivo Vales do Rio
33	ICOVI
34	ADC - Reservatório R79 - Sra do Carmo
35	ADC - Reservatório R35 - Peraboa
36	ADC - Reservatório R47 - Barroca do Lobo
37	ADC - Reservatório R73 - Qta do Bilhar
38	ADC - Reservatório R83 - P.Ind. Tortosendo
39	ADC - Reservatório R87 - Pinhos Mansos
40	ADC - Reservatório R98 - Aeródromo

41	Unidos Futebol Clube do Tortosendo
42	Freguesia Cortes do Meio - Salão
43	Junta de Freguesia Orjais
44	Centro Social Comunitário do Peso
45	Associação Juventude do Peso
46	Ecocentro - ADC
47	Escola Básica 1.º Ciclo Peraboa
48	Escola Básica 1.º Ciclo Jardim Ferro
49	Sala de Deficientes Teixoso
50	Escola nº2 Peraboa
51	Arquivo Municipal
52	Escola Básica 1.º Ciclo Coutada
53	EB1 - Escola Peso
54	Junta Freguesia Peso
55	Piscina Penedos Altos
56	Central de Camionagem
57	Biblioteca municipal
58	Pavilhão Ourondo
59	EB1 Barco
60	EB1.º Ciclo Casegas
61	Escola Básica 1.º Ciclo Erada
62	Ass. Solidariedade Sobral S.Miguel
63	Junta Freguesia Unhais da Serra
64	Jardim infância - Teixoso
65	Sala de Formação Ferro
66	Sport Club Pousadinha
67	Junta de Freguesia Boidobra
68	Pavilhão Polidesportivo Cortes
69	Pavilhão São Jorge da Beira
70	Junta de Freguesia Cantar Galo
71	Cantina Peso



2.3. Aproveitamentos Mini-Hídricos

Durante o ano de 2018, em colaboração/parceria com a SIEMENS S.A., foram iniciados e desenvolvidos estudos relativos à possibilidade de aproveitamentos hidroenergéticos ao longo do sistema de abastecimento de água em alta ao município da Covilhã.

Teve também início físico da implementação do projeto piloto – Gestão Integrada de Sistemas de Energia e Água, no qual a ICOVI é parceira conjuntamente com a UBI e outras entidades estrangeiras. Este projeto diz respeito à instalação e monitorização de um sistema integrado de energia renovável (solar, eólica e hídrica) no Parque Alexandre Aibéo, na cidade da Covilhã, para fazer face ao consumo energético do mesmo (incluindo a iluminação pública, ambos os reservatórios e eventualmente uma bomba elétrica de um circuito de recirculação de um riacho artificial). O objetivo passa pelo aproveitamento do potencial hídrico da conduta adutora principal entre os reservatórios sitos no parque (R02 Superior e R02 Inferior).

2.4. Energia Eólica

Durante o ano de 2018, foram prosseguidos os procedimentos administrativos para criação de Parques Eólicos no Concelho da Covilhã, não havendo, contudo, face à continuação da envolvente económica desfavorável, desenvolvimentos significativos neste setor de atividade.

2.5. Defesa da floresta contra incêndios

Um dos fatores que mais tem condicionado o desenvolvimento do coberto florestal ao longo dos tempos é o fogo. O abandono a que tem sido votada a floresta nas últimas décadas, o crescente êxodo rural, a mudança de costumes das gentes que trabalhavam a terra, bem como uma silvicultura pouco ajustada, fizeram com que este fenómeno tivesse tomado proporções alarmantes nos últimos anos. Para se poder ter uma noção da sua extensão, foram elaboradas várias análises e estudos que se apresentam em seguida.

A Beira Interior, onde se insere o Concelho da Covilhã, tem sido, ao longo dos últimos anos uma das regiões mais afetadas pelos incêndios florestais, causando perda de

vidas humanas, destruição e deterioração de ecossistemas, bem como perdas de investimentos na atividade florestal em geral.

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível baseia-se na prevenção, procurando minimizar as áreas afetadas por incêndios florestais que possam vir a deflagrar, bem como as consequências nefastas que os acompanham.

Com esta intervenção pretende-se investir na prevenção, criando efetivamente as Faixas de Gestão de Combustível, que estão definidas na Rede Primária Distrital, nas Freguesias do Concelho da Covilhã.

Este projeto tem como objetivos aumentar a resistência do terreno face ao avanço de eventuais incêndios e criar uma zona segura para as equipas de combate a incêndios. Situa-se, na maioria da sua extensão, em zona de cumeada, em zonas de perigosidade de nível 4 e 5 (Perigosidade Alta e Muito Alta), onde os ventos e a orografia do terreno dificultam o combate a incêndios e comprometem a segurança.



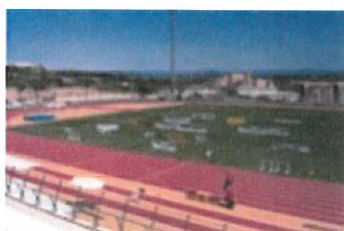
2.6. Gestão de Infraestruturas Municipais

2.6.1. Complexo Desportivo

Em 30 de Junho de 2015 foi celebrado um Contrato-Programa entre o Município da Covilhã e a ICOVI, para a gestão do Complexo Desportivo da Covilhã que constitui um espaço de formação, lazer e competição desportiva, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento desportivo da comunidade que serve.

Trata-se de uma estrutura composta pela pista de atletismo, constituída por 8 corredores em piso sintético e respetivos edifícios de apoio, dois campos relvados e um campo pelado para a prática de futebol e queda de engenhos, uma área adjacente para lançamento de martelo, discos e pesos, campo de voleibol e badminton, gabinete de avaliação e prescrição do exercício e sala de exercício.

Equipado para a realização de competições de nível nacional e internacional, este espaço dispõe de instalações com condições que permitem ainda a realização de espetáculos culturais e recreativos. Todo o complexo disponibiliza acesso gratuito à Internet, via wireless wi-fi.



2.6.2. Piscinas Municipais

Piscina Coberta

Em 30 de Junho de 2015 foi celebrado um Contrato-Programa entre o Município da Covilhã e a ICOVI, para a gestão da Piscina Municipal da Covilhã que constitui um espaço de excelência para a prática desportiva, permitindo uma utilização muito diferenciada, quer ao nível das atividades disponibilizadas, quer ao nível da população alvo, que se caracteriza por uma heterogeneidade salutar, englobando utentes de diferentes níveis sócio-culturais, etários ou mesmo físicos.

Adaptação ao meio aquático, introdução às técnicas de natação, aperfeiçoamento, hidroginástica, reabilitação e regime de utilização livre são as valências atuais.

Está à disposição dos utilizadores uma piscina coberta e aquecida, com dois tanques.

Um com 25x16 metros, com 8 pistas, blocos de partida, profundidade entre 1,0 e 1,65 metros, destinado a aulas de aperfeiçoamento e à realização de competições e um outro

com 16x8 metros, com profundidade entre os 0,6 e 1,2 metros, destinado à aprendizagem da natação e à prática de outras atividades aquáticas.



Piscina Praia

Inaugurada em 2008, a Piscina Praia é uma área lúdica e desportiva, onde os utentes podem usufruir de ondas artificiais, área de solário e recreio, zona de serviços, balneários, duche interior e exterior, bar com esplanada, mini-biblioteca, atividades de hidroginástica, posto de primeiros-socorros, vigilância e zona de estacionamento.

Esta piscina está inserida numa das maiores áreas verdes da cidade - o Jardim do Lago. O espaço possui um restaurante, dois bares, um espelho/queda de água, diversos percursos pedonais, parque de passeio para barcos de recreio de pequeno porte, diversos pontões sobre o espelho de água, parque de desportos radicais e parque infantil, além de zona de estacionamento. Todo o parque disponibiliza acesso gratuito à Internet, via wireless wi-fi.



2.7. Jardim das Artes

O Jardim das Artes da Covilhã, que representa um investimento total de cerca de um milhão de euros, teve a celebração no dia 20 de outubro de 2016 de um contrato-

programa no âmbito da cooperação técnica e financeira com a administração central (DGAL) no âmbito do Decreto-Lei n.º 284/87, de 24 de Dezembro.

O Jardim das Artes ocupa 17.500 m² de um terreno onde a diferença de cotas é de 15,5 m, optando-se por uma modelação em plataformas e caminhos oblíquos nos taludes e várias entradas que permitem o atravessamento do parque e a circulação dentro dele sem que seja necessário construir muros.

Os materiais, usados no sentido de criar unidade em todo o espaço, dão destaque ao granito como pavimento em alguns pontos e caleiras, e a pavimentos de cor ocre encarniçado.

Três peças de metal em espiral são usadas para unificar visualmente as três plataformas e formando um único elemento quando observados do ponto de entrada.

Optou-se pela plantação densa de árvores que irão ensombrar os caminhos, a esplanada, o parque infantil e as áreas de bancos localizados nos pontos de melhor vista sobre a Cova da Beira.

As árvores selecionadas respondem a diferentes necessidades. Um anel de sequóias irá camuflar os prédios, um terreiro de tílias sob o qual poderão haver exposições de arte, Olaias e tramazeiras acompanham caminhos ou entradas, pontuando de cor estes locais. Na plataforma da cafetaria e parque infantil, a sombra é garantida com liriodendros e amieiros; árvores de montanha como o lariço e as bétulas surgem em manchas ou alinhamentos e cedros, faias e magnólias pontuam o espaço e enquadram vistas. Todo o jardim disponibiliza acesso gratuito à Internet, via wireless wi-fi.



3. OBJETIVOS PARA 2019 E ANOS SEQUINTE

Apresentam-se as seguintes atividades, a concretizar durante o próximo ano e seguintes, na sequência dos objetivos plasmados nos Estatutos da empresa, em desenvolvimento desde o seu início de atividade, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das missões afetas ao Abastecimento de Água em Alta, na implementação e dinamização de projetos na área das Energias Renováveis, na gestão das infraestruturas municipais e, finalmente, na divulgação da sua missão e projetos junto das populações que pretende servir.

3.1. Setor Abastecimento de Água em Alta

3.1.1. Estudos, Projetos e Candidaturas

- Desenvolver o “**Projeto de Abastecimento de Água em Alta ao Concelho da Covilhã – Fase II**”, o qual inclui a execução da nova barragem da Ribeira das Cortes, a nova ETA da Varanda dos Carqueijais e o respetivo sistema adutor de interligação entre as infraestruturas referidas, nomeadamente com a elaboração do projeto de execução, das peças de procedimento e respetivo lançamento e condução do procedimento de contratação pública, bem como, paralelamente, proceder à instrução de candidatura a financiamento público, assim que tal seja possível através da abertura de candidaturas respetiva;
- Desenvolvimento de projeto/candidatura/execução da conduta adutora entre o R105 e o R51 Peso;
- Levantamento das necessidades de reabilitação dos reservatórios existentes em alta, bem como avaliação/readaptação do sistema de tratamento existente nos mesmos (quando aplicável), com correspondente elaboração de projeto de execução e desenvolvimento de eventuais candidaturas a fundos nacionais/comunitários;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito do Abastecimento de Água em Alta.

3.1.2. Empreitadas

- Concretização dos procedimentos de contratação pública e respetiva execução física dos seguintes trabalhos:
 - Execução de trabalhos diversos de reparação/melhorias na ETA das Penhas da Saúde;
 - Execução de novas ligações hidráulicas, para reforço de emergência da disponibilidade hídrica do sistema de abastecimento (plano de contingência);
 - Execução de trabalhos de reabilitação de reservatórios/sistemas de tratamento de acordo com as exigências do Plano de Segurança da Água (PSA).

3.1.3. Aquisições e Serviços Diversos

- Aquisição de viatura de todo o terreno para apoio ao serviço operativo/técnico da empresa;
- Aquisição de diverso software necessário para a execução e acompanhamento de projeto;
- Aquisição de equipamento de comunicação/telegestão para as diferentes áreas de intervenção da empresa municipal;
- Aquisição de sistema de informação geográfica (SIG) para gestão global de infraestruturas associadas à empresa municipal ICOVI, EM;
- Aquisição de serviços adicionais de controlo analítico para caracterização da água bruta e avaliação do sistema de tratamento de cada subsistema existente, no âmbito do PSA.

3.1.4. Exploração

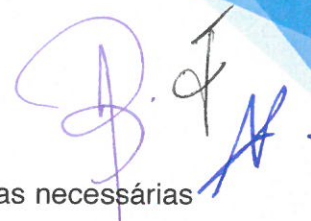
- Continuar a operação e gestão das infraestruturas em alta;
- Desenvolver esforços continuados para a melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água, em particular ao nível do tratamento;
- Controlar a qualidade da água fornecida com vista ao cumprimento rigoroso de legislação em vigor, através do PCQA, aprovado pela ERSAR;
- Desenvolver e implementar o Plano de Segurança da Água (PSA) para todos os subsistemas de abastecimento de água em alta no concelho da Covilhã;

- Revisão e estabelecimento de um novo Plano de Contingência a ser aplicado a fenómenos meteorológicos extremos, envolvendo as diversas entidades municipais e de Proteção Civil.
-
- Melhorar o processo de monitorização do tratamento de água para abastecimento;
 - Elaborar e implementar o plano de prevenção e manutenção das infraestruturas existentes;
 - Potenciar a redução do consumo de energia das infraestruturas existentes;
 - Promover e manter os diferentes sistemas elencados na alínea b) do n.º 5 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, nomeadamente:
 - a) Um sistema de garantia de qualidade do serviço prestado aos utilizadores;
 - b) Um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas;
 - c) Um sistema de gestão de segurança;
 - d) Um sistema de gestão ambiental;
 - e) Um sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho.

3.2. Setor Energias Renováveis

3.2.1. Estudos, Projetos e Candidaturas

- Concretização/implementação/desenvolvimento do projeto relativo à candidatura aprovada pela entidade gestora FCT, relativa à ERANETMED – Projeto Edgewise - Gestão Integrada de Sistemas de Energia e Água, desenvolvida em parceria com a Universidade da Beira Interior e outras entidades estrangeiras;
- Desenvolvimento/concretização dos estudos relativos à possibilidade de aproveitamentos hidroenergéticos ao longo do sistema de abastecimento de água em alta ao município da Covilhã, em colaboração/parceria com a SIEMENS S.A.;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito das Energias Renováveis.



3.2.2. Empreitadas

- execução de trabalhos associados à construção de infraestruturas necessárias à implementação/desenvolvimento do projeto relativo à candidatura aprovada pela entidade gestora FCT, relativa à ERANETMED – Projeto Edgewise - Gestão Integrada de Sistemas de Energia e Água, desenvolvida em parceria com a Universidade da Beira Interior e outras entidades estrangeiras.

3.2.3. Aquisições e Serviços Diversos

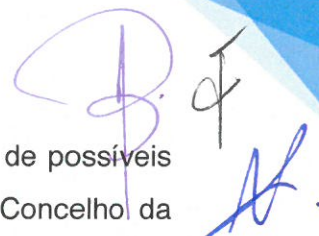
- Aquisição de serviços/fornecimentos associados à implementação/desenvolvimento do projeto relativo à candidatura aprovada pela entidade gestora FCT, relativa à ERANETMED – Projeto Edgewise – Gestão Integrada de Sistemas de Energia e Água, desenvolvida em parceria com a Universidade da Beira Interior e outras entidades estrangeiras.

3.2.4. Energia Fotovoltaica

- Controlar o funcionamento dos 71 sistemas de microgeração instalados;
- Monitorizar o rendimento das instalações e respetiva amortização;
- Implementar o Plano de Manutenção dos sistemas de microgeração instalados;
- Proceder à realização de eventuais candidaturas a fundos disponíveis.

3.2.5. Energia Eólica

- Desenvolvimento dos estudos de Viabilidade Técnica e Económica do potencial eólico do concelho da Covilhã, com prosseguimento dos procedimentos administrativos para criação de Parques Eólicos no Concelho da Covilhã, nomeadamente através do arrendamento dos terrenos necessários;
- Proceder à realização de eventuais candidaturas a fundos disponíveis.



3.2.6. Energia Mini-Hídrica

- Continuar o processo de análise e de identificação/caraterização de possíveis aproveitamentos mini-hídricos ao longo das linhas de água do Concelho da Covilhã, incluindo aproveitamentos ao longo das condutas adutoras existentes;
- Proceder à realização de eventuais candidaturas a fundos disponíveis.

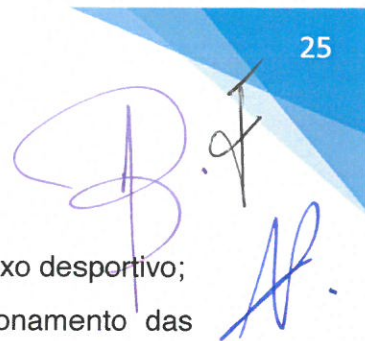
3.3. Setor Gestão de Infraestruturas - Substituição, Requalificação, Renovação e Construção de Infraestruturas Municipais.

3.3.1. Estudos, Projetos e Candidaturas

- Proceder à instrução de candidatura para obras de beneficiação da Piscina Municipal da Covilhã, bem como execução da mesma em caso de parecer favorável;
- Levantamento do ponto de situação dos Parques Infantis cuja responsabilidade de manutenção/gestão recaí nesta empresa municipal/Município da Covilhã;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito das Infraestruturas.

3.3.2. Empreitadas

- Concretização dos procedimentos de contratação pública e respetiva execução física das seguintes obras:
 - Execução de trabalhos de beneficiação/manutenção corretiva a realizar nas Piscinas Municipais;
 - Execução de trabalhos de beneficiação/manutenção corretiva a realizar no Complexo Desportivo;
 - Execução de trabalhos de beneficiação/manutenção corretiva a realizar nos Museus Municipais/Postos de Turismo, nomeadamente ao Museu de Arte e Cultura com candidatura aprovada;
 - Execução de trabalhos de beneficiação de diversas estradas no município da Covilhã;
 - Execução de trabalhos de beneficiação/manutenção de parques infantis existentes no Município da Covilhã.



3.3.3. Exploração

- Continuar a operação e gestão das piscinas municipais e complexo desportivo;
- Desenvolver esforços continuados para a melhoria do funcionamento das infraestruturas municipais cuja responsabilidade recai sobre a ICOVI, E.M.

3.4. Atividades complementares relacionadas com o Ambiente

3.4.1. Estudos, Projetos e Candidaturas

- Proceder à instrução, submissão e execução (em caso de aprovação) de candidaturas a financiamento público relacionadas com o Ambiente.

3.4.2. Empreitadas / Prestações de Serviço

- Concretização dos procedimentos de contratação pública e respetiva execução física relativos a 4 candidaturas submetidas ao PDR2020 (Redes Primárias), as quais se encontram aprovadas pela entidade gestora do financiamento comunitário.

3.5. Comunicação e Imagem

- Desenvolver ações junto das populações, dando especial relevo às ações de educação, de sensibilização ambiental e utilização responsável da água junto da comunidade;
- Continuar a apoiar iniciativas da nossa área de atividade;
- Desenvolvimento e implementação da atualização da imagem institucional da ICOVI, EM, nomeadamente pela implementação de ferramentas eletrónicas de acesso à informação da empresa municipal (site), dando cumprimento às exigências legais e institucionais, melhorando a transparência e o acesso à informação.
- Planeamento e implementação de uma campanha que vise a promoção da frequência e utilização das infraestruturas municipais sob gestão da ICOVI, EM, nomeadamente das Piscinas Municipais e Complexo Desportivo, fomentando a prática desportiva e a aquisição de hábitos de vida saudáveis da população.



3.6. Gestão Interna

- Adequar a estrutura da empresa ao desenvolvimento das atividades previstas para 2019 ao nível das obras e da exploração, com os recursos operacionais e humanos próprios necessários, recorrendo ao apoio transversal da Câmara Municipal da Covilhã e ADC - Águas da Covilhã, EM, bem como a prestações de serviços específicas.

4. ACTIVIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA

A empresa apresenta rácios financeiros muitos positivos e que revelam bem a gestão rigorosa levada a cabo.

Rácios de Rentabilidade

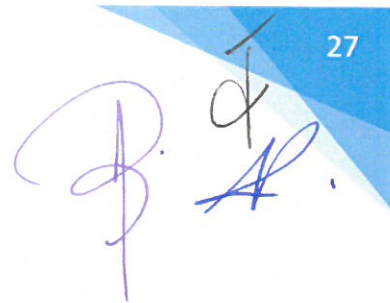
Os indicadores dos rácios económico-financeiros que se traduzem na relação entre os resultados líquidos e o património dizem bem da ação positiva da empresa.

Aplicação de Resultados

O conselho de administração propõe que o resultado positivo de 114.207,93€ seja transferido para a conta de resultados transitados.

Agradecimentos

O conselho de administração da ICOVI, EM agradece a colaboração prestada pelos colaboradores da empresa, instituições financeiras, clientes, fornecedores e todos os demais que colaboraram para a realização do exercício do ano de 2018.

The image shows three handwritten signatures in blue ink on a blue background. The signatures are stylized and appear to be initials or names. One signature is on the left, and two are on the right, one above the other.

5. ANEXOS

BALANÇO

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	74.278.955,02	74.849.085,57
Ativos intangíveis	8	7.200,00	10.800,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	6.973.472,00	6.596.050,67
Ativos por impostos diferidos	10	111.310,24	55.134,76
Sub - total		81.370.937,26	81.511.071,00
Ativo corrente			
Inventários	11	967.510,26	920.838,02
Clientes	12	133.913,23	140.654,94
Estado e outros entes públicos	13	5.586,30	2.797,58
Outros créditos a receber	14	413.391,14	293.773,95
Diferimentos	15	74.919,33	105.163,57
Caixa e depósitos bancários	5	317.819,04	875.857,48
Sub - total		1.913.139,30	2.339.085,54
Total do ativo		83.284.076,56	83.850.156,54
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	64.000.000,00	64.000.000,00
Reservas legais	16	161.846,61	149.846,61
Outras reservas	16	2.941.101,81	2.941.101,81
Resultados transitados	16	-318.648,11	-119.368,86
Ajustamentos / outras variações do capital próprio	16	9.995.632,73	9.784.511,66
Sub - total		76.779.933,04	76.756.091,22
Resultado líquido do período	16	114.207,93	237.891,71
Total do capital próprio	16	76.894.140,97	76.993.982,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	3.037.359,27	3.657.543,13
Outras contas a pagar	18	2.063.178,72	2.141.369,98
		5.100.537,99	5.798.913,11
Passivo corrente			
Fornecedores	19	131.706,54	328.974,90
Estado e outros entes públicos	20	40.586,92	36.500,25
Financiamentos obtidos	17	622.184,87	476.541,45
Outras dívidas a pagar	18	427.722,58	215.243,90
Diferimentos	21	67.196,69	
		1.289.397,60	1.057.260,50
Total do passivo		6.389.935,59	6.856.173,61
Total do capital próprio e do passivo		83.284.076,56	83.850.156,54

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	6 e 22	1.035.958,57	1.217.692,03
Subsídios à exploração	6 e 23	20.642,76	34.179,91
Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	385.078,67	425.170,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-26.364,45	-5.750,00
Fornecimentos e serviços externos	24	-318.403,73	-571.007,47
Gastos com o pessoal	25	-793.075,45	-484.748,78
Outros rendimentos	6 e 26	613.585,84	480.570,84
Outros gastos	27	-61.820,30	-57.276,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		855.601,91	1.038.831,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-686.825,65	-697.338,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		168.776,26	341.492,90
Juros e rendimentos similares obtidos	28	14,81	700,79
Juros e gastos similares suportados	29	-105.546,03	-132.124,46
Resultado antes de impostos		63.245,04	210.069,23
Imposto sobre o rendimento do período	10	50.962,89	27.822,48
Resultado líquido do período		114.207,93	237.891,71

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1.444.244,49	1.448.717,55
Pagamentos a fornecedores		-628.812,33	-1.336.664,53
Subsídios à exploração		225.917,30	
Pagamentos ao pessoal		-764.331,17	-440.129,12
Caixa gerada pelas operações		277.018,29	-328.076,10
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento		-5.689,74	37.155,82
Outros recebimentos / pagamentos		-31.292,43	-75.202,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		240.036,12	-366.123,19
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-182.301,37	-821.082,22
Activos intangíveis			-13.284,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimentos			124.016,44
Dividendos		13,76	23,43
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-182.287,61	-710.326,35
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1.500.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-382.606,97	-2.417.506,84
Juros e gastos similares		-87.188,83	-158.161,04
Pagamento de leasings		-145.991,15	-136.107,61
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-615.786,95	-1.211.775,49
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-558.038,44	-2.288.225,03
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	875.857,48	3.164.082,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	317.819,04	875.857,48
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final - saldo inicial)		-558.038,44	-2.288.225,03

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2017

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2016	1	64.000.000,00	130.843,52	2.580.043,11	440.063,86	9.124.408,16	380.061,79	76.655.420,44
Alterações no período								
Resultados não atribuídos (MEP)	16				-559.432,72	559.432,72		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP)	16					-7.657,34		-7.657,34
Aplicação do resultado de 2016	16		19.003,09	361.058,70			-380.061,79	
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16					386.701,19		386.701,19
Reconhecimento de subsídios ao investimento - imposto a pagar	16					-85.847,66		-85.847,66
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	16					-266.344,40		-266.344,40
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar	16					73.818,99		73.818,99
Sub - total	2		19.003,09	361.058,70	-559.432,72	660.103,50	-380.061,79	100.670,78
Resultado líquido do período de 2017	3						237.891,71	237.891,71
Resultado integral	4						237.891,71	237.891,71
Operações com detentores do capital próprio	5							
Posição no fim do período de 2017	6=1+2+3+5	64.000.000,00	149.846,61	2.941.101,81	-119.368,86	9.784.511,66	237.891,71	76.993.982,93

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2018

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2017	1	64.000.000,00	149.846,61	2.941.101,81	-119.368,86	9.784.511,66	237.891,71	76.993.982,93
Alterações no período								
Resultados não atribuídos (MEP)	16				-425.170,96	425.170,96		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP)	16					-7.657,34		-7.657,34
Aplicação do resultado de 2017	16		12.000,00		225.891,71		-237.891,71	
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16							
Reconhecimento de subsídios ao investimento - imposto a pagar	16							
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	16							
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar	16					-284.583,81		-284.583,81
Sub - total	2		12.000,00		-199.279,25	211.121,07	-237.891,71	-214.049,89
Resultado líquido do período	3						114.207,93	114.207,93
Resultado integral	4						114.207,93	114.207,93
Operações com detentores do capital próprio	5							
Posição no fim do período de 2018	6=1+2+3+5	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-318.648,11	9.995.632,73	114.207,93	76.894.140,97

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Designação da empresa: ICOVI-Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M. com o número de identificação de pessoa coletiva 508282322.

Sede: Avenida Viriato, 194 - Tortosendo

Natureza da atividade

A ICOVI é uma empresa municipal, foi constituída em 2008. O capital da empresa é de 64.000.000 euros sendo detido a 100% pelo Município da Covilhã. Tem por atividade principal a captação e tratamento de água CAE 36001.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho republicado pelo decreto lei 98/2016 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) - Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

As Demonstrações Financeiras de 2018 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar*”.

4.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

No âmbito do processo de cisão os bens do ativo fixo tangível que passaram para a ICOVI foram reconhecidos na data da cisão como se segue:

- I. a quantia bruta que transitou da sociedade cindida foi reconhecida como quantia bruta na ICOVI;
- II. as depreciações acumuladas na sociedade cindida à data da cisão foram reconhecidas na ICOVI como; depreciações acumuladas. Após a data da cisão, os bens referidos estão a ser depreciados em função da vida útil estimada pela Administração.

As reintegrações do exercício referentes aos bens que resultaram do processo de cisão, foram determinadas de acordo com o estudo realizado pelo departamento técnico, à data da cisão. De acordo com este estudo foram definidas as seguintes vidas úteis, com destaque para os bens seguintes:

- ETAR das Penhas da Saúde - 65 anos;
- Zonas verdes e Captações de água: 32 anos;
- Câmaras de Perca de Carga - 75 anos;
- Redes de Esgotos - 160 anos;
- Reservatórios - 136 anos;
- Redes de distribuição de água em fibrocimento: 100 anos;
- Condutas Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega - 175 anos;
- Estação de Tratamento de Água – 75 anos;
- Barragem do Viriato- 150 anos;
- Restante Equipamento Básico: 8 anos.

Ainda de acordo com este estudo, a entidade também estimou um valor residual para os bens do Ativo Fixo Imobilizado, que resumidamente foi de:

- ETAR das Penhas da Saúde (30% do valor escriturado);

- Câmaras de Perca de Carga (50% do valor escriturado);
- Redes de Esgotos e Zonas Verdes (60% do valor escriturado);
- Reservatórios (70% do valor escriturado);
- Conduções Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega (75% do valor escriturado).

As depreciações dos bens adquiridos após a data da cisão são calculadas às taxas de amortização previstas na legislação fiscal, eventualmente ajustadas nos casos em que a Administração da ICOVI entende que as vidas úteis estimadas são diferentes.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade assim determinadas.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio
 - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no capital próprio gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram

consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e Outros Créditos a receber);
- IV. Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis;
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento a receber ou a restituir.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2018 e em 31/12/2017 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2018	31-12-2017
Numerário	11	1.268,64	2.216,72
Depósitos à ordem	12	316.550,80	873.640,76
Total		317.819,44	875.857,48

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram alterados critérios de reconhecimento das receitas relacionadas com:

- I. a “microgeração” e as receitas de exploração das piscinas cuja contabilização passou a ser efetuada na rubrica “vendas e serviços prestados” e em 2017 estavam contabilizadas na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”;
- II. as receitas obtidas ou a obter do Município da Covilhã, relativas à cedência de pessoal a esta entidade, que em 2018 estão reconhecidas na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” e em 2017 estavam na rubrica “Subsídios à exploração”.

Para que exista comparabilidade entre os exercícios procedeu-se à alteração dos comparativos de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Nota	Balanço do exercício findo em 31/12/2017	Ajustamento aos comparativos	Balanço do exercício findo em 31/12/2017 (Comparativo 2018)
Vendas e serviços prestados	22	1.053.677,84	164.014,19	1.217.692,03
Subsídios à exploração	23	182.940,57	-148.760,66	34.179,91
Outros rendimentos	26	495.824,37	-15.253,53	480.570,84
Total		1.732.442,78	0,00	1.732.442,78

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2018							Total
	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial	2.593.593,11	65.050.929,87	12.707.187,87	104.858,60	19.687,78	820.272,96	3.750,00	81.300.280,19
Aquisições	10.968,75	32.906,25	7.245,00		2.402,40	11.587,25	51.735,45	116.845,10
Alienações								
Transferências						51.735,45	-55.485,45	-3.750,00
Saldo final	2.604.561,86	65.083.836,12	12.714.432,87	104.858,60	22.090,18	883.595,66		81.413.375,29
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	297,52	4.227.046,16	2.184.045,14	19.518,11	8.749,24	11.538,45		6.451.194,62
Depreciações o exercício	1.785,11	214.846,14	399.894,01	12.827,97	2.818,29	51.054,13		683.225,65
Saldo final	2.082,63	4.441.892,30	2.583.939,15	32.346,08	11.567,53	62.592,58		7.134.420,27
Ativo líquido	2.602.479,23	60.641.943,82	10.130.493,72	72.512,52	10.522,65	821.003,08		74.278.955,02

2017								
Descrição	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	2.593.593,11	65.050.929,87	12.549.697,23	76.464,50	9.142,83	20.695,48	161.240,64	80.461.763,66
Aquisições				28.394,10	10.544,95	6.011,63	793.565,85	838.516,53
Alienações								
Transferências			157.490,64			793.565,85	-951.056,49	
Saldo final	2.593.593,11	65.050.929,87	12.707.187,87	104.858,60	19.687,78	820.272,96	3.750,00	81.300.280,19
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		4.012.529,08	1.725.480,90	9.332,12	5.705,89	808,19		5.753.856,18
Depreciações o exercício	297,52	214.517,08	458.564,24	10.185,99	3.043,35	10.730,26		697.338,44
Saldo final	297,52	4.227.046,16	2.184.045,14	19.518,11	8.749,24	11.538,45		6.451.194,62
Ativo líquido	2.593.295,59	60.823.883,71	10.523.142,73	85.340,49	10.938,54	808.734,51	3.750,00	74.849.085,57

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

No exercício findo em 31/12/2018, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, corresponde ao custo de aquisição do direito de recolha de água em propriedade pertencente a uma entidade privada, com início em janeiro de 2018, no valor de 10,8 milhares de euros. No exercício praticou-se uma amortização equivalente a 1/3 do custo. O valor líquido a 31/12/2018 é de 7,2 milhares de euros

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:

2018						
Descrição	%	31-12-2017	Aumentos	Diminuições	MEP	31-12-2018
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	6.596.050,67		-7.657,34	385.078,67	6.973.472,00
Total	51,00%	6.596.050,67		-7.657,34	385.078,67	6.973.472,00

2017						
Descrição	%	31-12-2016	Aumentos	Diminuições	MEP	31-12-2017
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	6.178.537,05		-7.657,34	425.170,96	6.596.050,67
Total	51,00%	6.178.537,05		-7.657,34	425.170,96	6.596.050,67

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras da entidade ADC – Águas da Covilhã, E.M. com referência a 31/12/2018 e em 31/12/2017.

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), atualmente à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC, acresce ainda a derrama estadual e a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Reconciliação da taxa efetiva do imposto

		2018	2017
1	Resultados antes de impostos	63.245,05	210.069,23
2	Taxa do imposto	21,00%	21,00%
3	Imposto do exercício	-50.962,89	-27.822,48
	Imposto corrente	5.212,59	4.024,64
	Imposto diferido	-56.175,48	-31.847,12
4	Prejuízo fiscal / lucro tributável	-253.042,70	-143.455,48
5	Imposto sobre o rendimento		
6	Tributações autónomas e derrama	5.212,59	4.024,64
7	Imposto total = 5 + 6	5.212,59	4.024,64
8	Taxa média = 7 / 4	-	-
9	Taxa efetiva = 7 / 1	8,24%	1,92%

Conciliação entre resultado antes de impostos (contabilístico) e prejuízo fiscal / lucro tributável

Descrição	Período	
	2018	2017
Resultados antes de impostos	63.245,04	210.069,23
Anulação do efeito nos resultados da aplicação do MEP	-385.078,67	-425.170,96
Subsidio ao investimento correspondente às quotas perdidas	67.625,66	66.171,82
Outras correções fiscais	1.165,27	5.474,43
Prejuízo / lucro tributável	-253.042,70	-143.455,48

Cálculo do imposto diferido (prejuízos fiscais dedutíveis)

Descrição	Período		Variação IDA
	2018	2017	
Prejuízo fiscal 2016	104.883,20	104.883,20	
Prejuízo fiscal 2017	143.455,48	143.455,48	
Prejuízo fiscal 2018	253.042,70		
	501.381,38	248.338,68	
Taxa de imposto (IRC + derrama)	22,20%	22,20%	
Imposto diferido	111.310,24	55.134,76	56.175,48

11 INVENTÁRIOS

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a rubrica de inventários respeita a produtos e trabalhos em curso e é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Saldo inicial	920.838,02	
Acréscimos	36.672,24	920.838,02
Saldo no fim do período	957.510,26	920.838,02

Os inventários são referentes a trabalhos realizados em 2017 e em 2018, referente a investimentos em infraestruturas pertencentes ao Município da Covilhã e realizados pela ICOVI ao abrigo de protocolos celebrados entre estas entidades, cuja faturação ao Município está prevista para o ano 2019.

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, é detalhado como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Custo água comprada	5.750,00	5.750,00
Custo de outras matérias	20.614,45	
Saldo no fim do período	26.364,45	5.750,00

Em 2018 o custo de outras matérias reflete a aquisição de produtos para tratamento de águas. Em anos anteriores o custo destes produtos foi reconhecido na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Não foram alterados os comparativos por se entender não ser relevante.

12 CLIENTES

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Entidade participada	133.004,83	140.654,94
Outros clientes	908,40	
Saldo no fim do período	133.913,23	140.654,94

13 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
IRC - pagamento especial por conta	5.586,30	2.797,58
Saldo no fim do período	5.586,30	2.797,58

14 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 a rubrica “Outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	26.500,00	22.750,00
Fornecedores c/ corrente	462,02	1.926,47
Devedores por acréscimo de rendimentos:		
Juros a receber		174,73
Entradas piscina praia	3.563,00	
Microgeração	419,67	
Imputação gastos com pessoal (nota 25)	272.019,21	148.760,66
Outros devedores - Consumos - Microgeração	108.969,27	113.911,67
Subsidio à exploração a receber - F. C. T.	457,97	5.250,42
Outros devedores	1.000,00	1.000,00
Saldo no fim do período	413.391,14	293.773,95

15 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Diferimento ativos” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Aluguer de espaços à PARKURBIS		29.268,29
Seguros	4.759,97	5.735,92
Trabalhos especializados - créditos a obter	70.159,36	70.159,36
Saldo no fim do período	74.919,33	105.163,57

16 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Subscrito

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado é de 64.000.000 Euros, e pertence na totalidade ao Município da Covilhã.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 2018 a reserva legal ascendia a 161.846,61 euros (149.846,61 euros em 2017).

Outras reservas

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Outras reservas” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Reservas livres	928.486,58	928.486,58
Reservas estatutárias e outras	2.012.615,23	2.012.615,23
Saldo no fim do período	2.941.101,81	2.941.101,81

Resultados Transitados

No exercício findo em 31/12/2018 e em 31/12/2017, os movimentos na rubrica “Resultados transitados” foram os seguintes:

31-12-2017	Lucro 2017 não atribuído	Aplicação R L exercício anterior	31-12-2018
-119.369,36	-425.170,96	225.891,71	-318.648,61
-119.369,36	-425.170,96	225.891,71	-318.648,61

No exercício findo em 31/12/2018 31/12/2017, os movimentos na rubrica “Resultados transitados” foram os seguintes:

31-12-2016	Lucro 2017 não atribuído	Aplicação R L exercício anterior	31-12-2017
440.063,36	-559.432,72		-119.369,36
440.063,36	-559.432,72		-119.369,36

Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Ajustamentos ativos financeiros	1.998.893,26	1.581.379,64
Subsídios para investimentos	7.967.346,07	8.173.738,62
Doações	29.393,40	29.393,40
Saldo no fim do período	9.995.632,73	9.784.511,66

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2018, os movimentos na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” foram os seguintes:

Saldo em 31/12/2016	1.029.604,26
Lucro de 2016 não atribuídos	559.432,72
Outras variações nos capitais próprios da participada	-7.657,34
Saldo em 31/12/2017	1.581.379,64
Lucro de 2017 não atribuídos	425.170,96
Outras variações nos capitais próprios da participada	-7.657,34
Saldo em 31/12/2018	1.998.893,26

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Subsídios ao Investimento” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Subsidios p/ investimentos - base tributável	10.030.524,79	10.315.108,60
Subsidios p/ investimentos - imposto a pagar	-2.063.178,72	-2.141.369,98
Saldo no fim do período	7.967.346,07	8.173.738,62

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, os movimentos na rubrica “Subsídios ao Investimento”, foram os seguintes:

Movimentos	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Saldo no início do período	8.173.738,62	8.065.410,50
Reconhecimento de subsídios ao investimento		386.701,19
Reconhecimento de subsídios ao investimento - Imposto a pagar		-85.847,66
Reconhecimento de subsídios ao investimento - Imposto a pagar	-284.583,81	-266.344,40
Imputação aos outros rendimentos dos subsidios ao investime	78.191,26	73.818,99
	-206.392,55	108.328,12
Saldo no fim do período	7.967.346,07	8.173.738,62

17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Instituições de crédito	31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total
B.E.I.	129.062,94	1.321.449,70	1.450.512,64
Caixa Crédito Agrícola	92.583,06	617.560,07	710.143,13
Banco Santander	294.390,41	1.059.786,60	1.354.177,01
Loações Financeiras	106.148,46	38.562,90	144.711,36
Total	622.184,87	3.037.359,27	3.659.544,14

Os pagamentos dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Financiamentos obtidos	2019	2020	2021	2022	seguintes	Total
B.E.I.	129.062,94	134.097,68	139.328,83	144.764,05	903.259,14	1.450.512,64
Caixa de Crédito Agrícola	92.583,06	95.391,96	98.286,07	101.268,00	322.614,04	710.143,13
Banco Santander	294.390,41	298.087,33	301.830,91	305.621,52	154.246,84	1.354.177,01
Total	516.036,41	527.576,97	539.445,81	551.653,57	1.380.120,02	3.514.832,78

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 a Empresa era locatária em contratos de locação financeira relacionados com Equipamentos Fotovoltaicos e Microgeração, no âmbito do Projeto Covilhã Solar. Os pagamentos mínimos das locações financeiras são detalhados conforme se segue:

Contratos de locação	2019	2020	2021	Total
Banco Santander , S.A. - Contrato 19103	15.596,39	8.676,15		24.272,54
Banco Santander , S.A. - Contrato 19189	5.789,65	3.717,68		9.507,33
Banco Santander , S.A. - Contrato 19214	9.651,22	7.824,55		17.475,77
Banco Santander , S.A. - Contrato 19301	2.006,10	3.042,87		5.048,97
Banco Santander , S.A. - Contrato 19733	8.795,84	7.031,49	3.002,57	18.829,90
Banco Santander , S.A. - Contrato 19788	10.555,83	950,93	657,60	12.164,36
Banco Santander , S.A. - Contrato 19877	26.877,42	932,26	894,99	28.704,67
Banco Santander , S.A. - Contrato 19901	26.876,01	934,61	897,20	28.707,82
Total	106.148,46	33.110,54	5.452,36	144.711,36

18 OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Outras Dividas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período		Período	
	31-12-2018		31-12-2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores de investimentos			44.623,14	
Credores por acréscimo de gastos	125.888,52		112.303,00	
Outros credores - microgeração	21.088,69			
Outros credores - PDR 2020	225.917,30			
Outros credores - Imposto a pagar por subsídios reconhecidos no capital próprio (nota 16)		2.063.178,72		2.141.369,98
Cauções	54.828,07		57.291,96	
Outros			1.025,80	
Saldo no fim do período	427.722,58	2.063.178,72	215.243,90	2.141.369,98

19 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Entidade relacionada	14.193,62	14.235,72
Outros fornecedores	117.512,92	314.739,18
Total	131.706,54	328.974,90

20 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Imposto sobre o rendimento (IRC a pagar)	4.008,00	2.901,02
Retenções efetuadas a terceiros	6.717,50	6.023,85
Contribuições para a segurança social	16.447,24	14.152,85
Imposto sobre o valor acrescentado	13.414,18	13.422,53
Total	40.586,92	36.500,25

21 DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Diferimentos” no passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos a reconhecer - alienação painéis (ver nota 22)	67.196,69	
Saldo no fim do período	67.196,69	

22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Vendas		
Venda de Água	420.810,90	591.390,49
Microgeração	1.880,09	2.700,17
Prestações de serviços		
Piscina municipal da Covilhã	78.460,29	83.700,30
Piscina praia	81.163,97	71.413,89
Complexo desportivo	4.060,55	
Análises de água	7.738,35	7.017,53
Microgeração		108.184,27
Disponibilização painéis microgeração	19.994,40	
Renda de infraestruturas	412.050,02	344.385,38
Cessão exploração instalações	9.800,00	8.900,00
Total	1.035.958,57	1.217.692,03

Em anos anteriores foram celebrados protocolos entre a ICOVI e diversas entidades do concelho com o objetivo de promover a produção de energia fotovoltaica. Até finais de 2017 a produção foi considerada como rendimento na ICOVI, o qual se encontra identificado na rubrica “microgeração”. Em 2018 o procedimento foi alterado nos termos seguintes:

- I. Foi acordado com algumas dessas entidades para que fossem essas a reconhecer o rendimento. Por parte da ICOVI o rendimento associado a esta atividade irá ocorrer por via da alienação dos equipamentos de produção. Nestes casos os ativos associados não foram objeto de depreciação.
- II. Para as entidades com as quais não foi possível acordar a alienação dos equipamentos de produção, o rendimento na ICOVI é reconhecido mediante a cedência (aluguer) dos equipamentos o qual se encontra evidenciado na rubrica “disponibilização de painéis de microgeração”.

23 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
PRODER - Manutenção e limpeza de galerias ripícolas e faixas de gestão de combustível do concelho da Covilhã		2.243,89
Fundação para a Ciência e Tecnologia	20.642,76	31.936,02
Total	20.642,76	34.179,91

24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos		9.681,16
Trabalhos especializados	153.291,65	161.350,17
Publicidade e propaganda	16.303,20	18.862,50
Vigilância e segurança	524,82	3.107,74
Honorários	15.000,00	
Comissões	508,30	
Conservação e reparação	48.461,26	89.465,41
Serviços bancários	1.552,56	8.338,31
Outros		30.934,50
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	14.995,96	4.696,74
Livros e documentação técnica	9,93	
Material escritório	3.815,95	5.426,28
Artigos para oferta		157,80
Outros fornecimentos		68.969,86
Eletricidade	4.040,67	7.532,90
Combustíveis	3.306,75	5.720,60
Água	694,96	896,11
Outros Fluidos	1.365,75	22.249,52
Deslocações e estadas	1.380,86	10.728,34
Transporte de pessoal	205,50	
Rendas e alugueres	31.998,29	47.181,41
Comunicação	3.577,09	4.221,78
Seguros	6.529,29	9.580,32
Contencioso e notariado	295,00	1.322,41
Despesas de representação	4.920,56	1.465,80
Limpeza, higiene e conforto	5.143,50	2.216,32
Outros Serviços	481,88	56.901,49
Total	318.403,73	571.007,47

25 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos administradores	63.819,26	56.502,70
Remunerações do pessoal	576.853,72	335.044,94
Encargos sobre remunerações	140.015,14	85.461,52
Seguros acidentes trabalho	6.812,58	3.786,20
Outros gastos com o pessoal	5.574,75	3.953,42
Total	793.075,45	484.748,78

Em 2018 e em 2017 nos gastos com pessoal foram reconhecidos encargos relativos a pessoal que esteve cedido ao Município da Covilhã. Este facto, em 2018 originou o reconhecimento na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” de 321.606,10 euros (148.760,66 euros em 2017), dos quais, em 31/12/2018 estão refletidos na rubrica “Acréscimos de rendimentos” 272.019,21 euros (148.760,66 euros em 31/12/2017).

26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Recuperação encargos encargos com o pessoal (nota 25)	321.606,10	148.760,66
Outros rendimentos suplementares	2.400,00	4.000,00
Subsídios para investimentos	284.583,81	266.344,40
Outros rendimentos	4.995,93	61.465,78
Total	613.585,84	480.570,84

27 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
IMI	30.444,72	30.444,72
Outros impostos	5.909,33	5.957,29
Donativos	500,00	19.850,00
Outros gastos	24.966,25	1.024,14
Total	61.820,30	57.276,15

28 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Depósitos em instituições bancárias	14,81	700,79
Total	14,81	700,79

29 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Juros com financiamentos obtidos	99.224,46	121.366,81
Juros com contratos de leasing	6.316,76	10.757,58
Juros de mora	4,81	0,07
Total	105.546,03	132.124,46

30 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pelo Município da Covilhã, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade. Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 a empresa apresentava os seguintes saldos com as partes relacionadas:

Rúbricas	Período	
	31-12-2018	31-12-2017
Cientes:		
A.C.C. - Águas da Covilhã	133.004,83	140.654,94
Outros créditos a receber:		
A.D.C. - Águas da Covilhã	15.765,06	13.351,72
Município da Covilhã		10.165,38
	15.765,06	23.517,10
Total do ativo	148.769,89	164.172,04
Fornecedores		
A.D.C. - Águas da Covilhã	14.193,62	14.235,72
Outros dívidas a pagar:		
A.D.C. - Águas da Covilhã		
Município da Covilhã	19.759,25	
	19.759,25	
Total do passivo	33.952,87	14.235,72

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e em 31/12/2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano de 2018

Entidades	Fornecimentos e serviços externos	Vendas e prestações serviços
A.D.C. - Águas da Covilhã	29.186,52	980.822,60
Total do ativo	29.186,52	980.822,60

Ano de 2017

Entidades	Fornecimentos serviços externos	Vendas e prestações serviços	Outros rendimentos
Município da Covilhã			246.898,46
A.D.C. - Águas da Covilhã	24.824,23	942.793,40	
Total do ativo	24.824,23	942.793,40	246.898,46

31 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, e não existem ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

32 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

33 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo de 114.207,93 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

34 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA GERÊNCIA

A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 2019 / 03 / 28

Contabilista certificado	O Conselho de Administração
 Jose Damasceno Inscrito na OCC sob o n.º 1589	